

# Inflação e indexação, causas ou efeitos?

**É** preciso desindexar a economia para baixar a inflação ou, antes, é necessário reduzir a inflação para, aí sim, retomar a desindexação interrompida há 16 anos?

Essa é a primeira pergunta que surge a partir da informação, publicada na edição de sexta-feira do **Valor**, sobre os estudos que começaram a ser feitos no governo para desarmar os mecanismos subsistentes de indexação, que geram a inércia inflacionária e deixam o processo de estabilização econômica no meio do caminho.

Instituído no país há 40 anos, o mecanismo da correção monetária se espalhou por todas as relações econômicas e subtraiu o nominalismo como a essência do padrão monetário nacional. A Medida Provisória nº 1.053, de julho de 1995, editada um ano após o Plano Real, proibiu o uso da correção monetária e de índices de reajustes de preços nos contratos de até um ano e deu início à livre negociação salarial. Desde então, nada mais foi feito.

Nesse contexto, a iniciativa do governo, de colocar o assunto na sua agenda de preocupações é bastante louvável. Não deve haver dúvida sobre a necessidade de se interromper um processo perverso onde parte da inflação futura será determinada pela inflação passada.

Tem razão quem diz que a indexação existe porque a inflação, hoje da ordem de 6,3%, é muito elevada para se dispensar essa proteção. Seguindo essa lógica, apenas quando a inflação for baixa, próxima de uma taxa neutra, é que será possível os agentes econômicos se desfazerem dos mecanismos de defesa contra a deterioração do valor da moeda.

Por esse caminho, primeiro o governo deveria levar a taxa de inflação para o centro da meta, de 4,5% ao ano. Feito isso, passaria a perseguir metas mais baixas — retomando o processo de desinflação. Aí sim, o país estaria pronto para aprofundar a desindexação.

Por outro lado, há economistas que argumentam que com os mecanismos de correção automática de preços, será difícil levar a inflação para algo muito abaixo dos 4,5% anuais.

Este ano, com os reajustes autorizados pela agência reguladora Aneel, a partir de maio, as tarifas de energia elétrica para os consumidores residenciais serão reajustadas

por índices que variam de 8% a 18,57%, muito superiores, portanto, ao IPCA acumulado em doze meses até março, de 6,3%. Os contratos de energia ainda têm seus custos gerenciáveis (depreciação e manutenção, entre outros) reajustados pelo IGP-M menos um fator x que consideraria ganhos de produtividade. Os não gerenciáveis (encargos e custo da energia) são corrigidos pela variação do IPCA.

Os aluguéis residenciais e comerciais são reajustados também pelo IGP-M, que acumula inflação de 10,95% em doze meses.

Esses são apenas dois exemplos de um vasto universo em que a correção dos preços hoje é feita com base no aumento dos preços de ontem, o que torna alguns setores resistentes à variação da taxa básica de juros como principal instrumento de controle da inflação.

O resultado disso é que os preços dos segmentos que respondem ao nível da atividade econômica têm que ser mais deprimidos para, numa política anti-inflacionária, compensar os indexados.

É discutível uma eventual solução que implique na substituição da inflação passada pela meta de inflação futura como fator de reajuste de preços. Mal comparando, essa alternativa foi experimentada no governo do general Figueiredo, em 1980, quando o então ministro da Economia, Delfim Netto, prefixou a correção monetária em 50%, na intenção de domar as expectativas da inflação. A tentativa fracassou e a inflação superou 100%.

Os técnicos do governo encarregados de propor mudanças nesse quadro têm uma missão mais ambiciosa, de mexer também na indústria financeira atrelada ao DI (média dos juros das operações interbancárias) e na caderneta, estimulando o alongamento da poupança financeira do país. Eles salientaram que isso não é um projeto a ser executado da noite para o dia nem para ser imposto ao mercado. Sua implementação obedeceria a regras de "incentivos e penalizações".

O momento adequado para adotar medidas nesse sentido pode não ser agora, quando a taxa de inflação é alta e há muitas dúvidas sobre seu curso ao longo do ano. Mas é importante que o governo tenha uma visão de médio e longo prazo, que já possua uma radiografia minuciosa dos problemas a serem atacados e que esteja preparado para agir quando for a hora certa.